



Regulamento (UE) 2024/3110

Produtos de Construção

Novidades e Desafios

Síntese das perguntas colocadas durante o webinar

1. Preâmbulo

O presente documento decorre da sistematização das questões colocadas pelas pessoas que assistiram ao webinar “Regulamento (EU) 2024/3110 Produtos de Construção – Novidades e Desafios”, promovido pela APCMC – Associação Materiais de Construção e pelo ICS – Instituto para a Construção Sustentável, que teve lugar no dia 21 de janeiro de 2025.

O enquadramento destas questões decorre, por isso, dos conteúdos que foram apresentados durante a sessão e que podem ser consultados e visualizados através do seguinte link: <https://zenodo.org/records/14713450>

As respostas às questões colocadas referem-se ao conhecimento e elementos disponíveis à data da realização do evento.

2. Perguntas e Respostas

▪ Existe previsão da publicação do ato delegado para o sistema do Passaporte digital?

Não existe ainda a indicação de uma data exata. No entanto, a Comissão Europeia tem como meta publicar o ato delegado relativo ao artigo 75º no prazo máximo de um ano após a publicação do novo texto do Regulamento Produtos de Construção (RPC), ou seja, dezembro de 2025.

▪ O novo RPC refere "Declaração de Desempenho e Conformidade (DoPC)". A atual Declaração de Desempenho (DoP) é renomeada?

Sim. A Declaração de Desempenho prevista no Regulamento n.º 305/2011, e que correspondia à Declaração de Conformidade na Diretiva Produtos de Construção do final da década de 1980, passa a designar-se Declaração de Desempenho e Conformidade no contexto do Regulamento (EU) 2024/3110.

▪ A Declaração de Desempenho irá manter-se neste novo regulamento?

Em articulação com a resposta à pergunta anterior, as atuais Declarações de Desempenho serão objeto de revisão de forma a terem enquadramento no Regulamento (EU) 2024/3110, passando a designar-se Declaração de Desempenho e Conformidade.

- **Em que medida a fiscalização fica melhorada, se os organismos nacionais responsáveis não funcionarem? Há alternativa?**

Em conformidade com as disposições previstas no artigo 64º, passarão a existir mecanismos de fiscalização de nível comunitário, ou seja, se os organismos nacionais não funcionarem poderá existir intervenção dos organismos de outros Estados-Membros. Relativamente a esta questão importa relembrar o disposto no artigo 63º no que diz respeito ao mecanismo comum (nível comunitário) para a apresentação de queixas (Portal de reclamações).

- **Em fase de procedimentos de concursos, principalmente os públicos, vai ter de haver referência aos dois regulamentos (305/2011 e ao 2024/3110), e só em 2030 deixar de fazer referência ao 305/211?**

A partir da entrada em vigor de normas harmonizadas e marcações CE de produtos ao abrigo do novo Regulamento será importante, ou referir os dois, ou referir que o produto deverá cumprir as disposições da versão do Regulamento Produtos Construção aplicável.

- **É legítimo solicitar as Declarações Ambientais de Produto (DAP) atualmente?**

As DAP não são obrigatórias no contexto do Regulamento n.º 305/2011. Contudo, face ao incremento de requisitos de nível ambiental, no âmbito das compras ecológicas, a apresentação de uma DAP poderá conduzir a uma melhor avaliação se existir um critério que esteja relacionado com dados ou desempenho ambiental. Compete às diferentes entidades adjudicantes definir os critérios, a ponderação, e a que produtos a disposição se poderá aplicar.

- **Os indicadores de CO2 abrangem que âmbitos? 1, ou 2 ou 3? São obrigatórias quando?**

A pegada de Carbono dos produtos é um parâmetro que se encontra definido no Regulamento de Ecodesign, Regulamento (EU) 2024/1781, e aplicar-se-á a todos os produtos de acordo com o plano de implementação desse regulamento.

- **Quanto à declaração de impactes ambientais temos critérios definidos para a emissão da mesma?**

À semelhança da pegada de carbono, os impactes ambientais estão definidos ao nível do Regulamento de Ecodesign. O Passaporte Digital dos Produtos de Construção (PDP-C) terá de ter em consideração e incorporar os requisitos de informação previstos no referido diploma.

- **Se a Declaração de Desempenho e Conformidade não estiver incluída num Passaporte Digital ou não estiver disponível num site do fabricante, o Fabricante/Fornecedor é obrigado a enviar a DoP por correio eletrónico ou apenas se solicitado pelo Utilizador?**

No contexto do novo Regulamento (EU) 2024/3110, a Declaração de Desempenho e Conformidade é parte integrante do Passaporte Digital do Produto (PDP). O Passaporte Digital do Produto terá um registo centralizado numa base de dados gerida pela Comissão Europeia e os dados relativos ao produto terão de estar disponíveis online, no sistema do Passaporte que será definido no contexto do artigo 75º do novo RPC.

- **Quer dizer que para os produtos desenvolvidos antes deste regulamento, mas que se vendem atualmente temos que atualizar as Declaração de Desempenho? Ou apenas os novos produtos desenvolvidos e vendidos?**

Produtos que sejam para ser comercializados após a entrada em vigor das normas harmonizadas relativas a esse produto terão de obedecer ao novo Regulamento e, por isso, todos os elementos existentes numa declaração de desempenho deverão ser validados e passarão a integrar, em conjunto com outros, o Passaporte Digital dos Produtos.

- **As normas harmonizadas passam a ter requisitos de sustentabilidade?**

Os requisitos de sustentabilidade serão, na generalidade, transversais a um grande conjunto de produtos e, por isso, serão objeto de definição em normas ou regulamentação própria. Contudo, poderão existir casos específicos que motivem a integração de um requisito de sustentabilidade na norma harmonizada.

- **Nesta nova normativa haverá uma especial exigência no que se refere à utilização de materiais com menor incidência de produtos cancerígenos na sua composição, seguindo as orientações que vem sendo promovidas pela APA no plano nacional do radão?**

O Regulamento de Ecodesign, Regulamento (EU) 2024/1781, estabelece exigências gerais para produtos sustentáveis como regra. Neste contexto, poderão existir referências mais ou menos explícitas à questão de elementos cancerígenos na composição de produtos. Para o caso particular, parece-me que este tipo de situações será objeto de um ato delegado específico ou legislação complementar de âmbito nacional.

- **As questões do passaporte digital são mais relevantes para os fabricantes do que para os comerciantes? Como se posicionam estes dois agentes económicos face a este regulamento?**

Existem vários cenários possíveis e que têm relação com a escala das entidades e os tipos de produtos. Tentando concretizar na prática algumas das hipóteses, a produção dos dados que irão integrar o passaporte digital dos produtos terá de ser assegurada pelo fabricante. Contudo, dependendo da escala dos fabricantes, os comerciantes poderão posicionar-se como os facilitadores de tecnologia ou detentores dos Marketplace para a promoção de produtos de um ou de um conjunto amplo de fabricantes. A situação de o fabricante ter os PDP referenciados no seu site o partilhar o acesso para divulgação com comerciantes será uma situação que poderá ocorrer com muita frequência.

- **Até que ponto o Passaporte Digital do Produto é importante para a uso da metodologia BIM?**

Toda a nova lógica de produção da legislação tem como pressuposto a integração de vários instrumentos. O Regulamento Produtos de Construção tem de ser lido conjuntamente com o Regulamento de Ecodesign e estes articulam-se com outros Regulamentos e Diretivas para a construção como a eficiência energética de edifícios, metodologia de análise da sustentabilidade Level(s), ou avaliação do potencial de reciclagem, apenas para referir alguns exemplos. Neste contexto, a celeridade destas análises depende de uma ligação, prevista no Regulamento, entre os passaporte digital dos produtos e os objetos tridimensionais que integram o modelo. A conjugação dos objetos 3D com os dados do passaporte irá dar uma novas dimensões de trabalho, maior eficiência e maturidade à metodologia BIM.

- **Nas Declarações de Desempenho e Conformidade, a referência à Norma Europeia (EN) respetiva de cada produto, satisfaz a exigência do regulamento 2024/3110, ou as entidades podem exigir a referência à mesma norma traduzida para cada país, ex: no caso francês (NF EN)?**

A resposta taxativa a esta questão só irá surgir após a publicação das novas normas harmonizadas. Contudo, observa-se no presente regulamento a intenção de reforçar a existência de uma concertação de nível Comunitário, pelo que a referência à EN deveria ser condição suficiente.

- **Qual a diferença entre identificador único operador e identificador único da fábrica?**

O objetivo da existência destes dois identificadores pretende assegurar que é possível distinguir o caso de 2 produtos pertencentes a um mesmo fabricante (operador) mas que são produzidos em locais distintos (fábricas diferentes).

- **O Tempo de vida médio e mínimo estimado para a utilização declarada (durabilidade) não pode ser confundida com a “Garantia”. Este RPC faz esta ressalva (para não haver má interpretação por parte do Utilizador/Cliente final, no caso das obras)?**

O conceito durabilidade encontra-se definido no Regulamento de Ecodesign e, neste sentido, é esse o entendimento a considerar no contexto do RPC. Em conformidade com o número 22 do artigo 2º “Definições”, por Durabilidade entende-se: a capacidade de um produto continuar a funcionar e de manter o seu desempenho ao longo do tempo, em condições específicas de utilização, manutenção e reparação.

Esta definição esclarece, no limite, que a durabilidade está para além do período de garantia. Mais importante, não existe nenhuma associação entre os conceitos durabilidade e período garantia.

- **O registo e os identificadores únicos de produto, de operador e fábrica são feitos junto de uma instituição ou plataforma geral (portuguesa ou europeia)? qual?**

Os identificadores e o registo serão definidos no contexto do ato delegado para o sistema do passaporte digital. De momento ainda não se conhece qual a opção que será tomada pela Comissão em relação a este tema.

- **Com o PDP poderá depois haver articulação com as certificações sustentáveis dos edifícios e também com os sistemas automáticos futuros do licenciamento para a construção?**

Sim. Já existem provas de conceito que demonstram como estes aspetos podem ser implementados.

- **Relativamente a todos os produtos de construção que provêm de mercados externos ao da UE, de que forma é que este regulamento se enquadra?**

Os produtos provenientes de países externos à UE terão de cumprir com os requisitos aplicáveis para o PDP. Contudo, importa salientar que a iniciativa da Europa para a criação do passaporte está a ser acompanhada internacionalmente e países como a China ou os Estados Unidos estão já a desenvolver sistema que suportem e cumpram com os requisitos.

- **Produtos não abrangidos por normas harmonizadas, não existem alterações previstas ao regulamento anterior!?**

Os produtos não abrangidos por normas harmonizadas poderão passar a ter estas normas ou poderão ser objeto de caracterização e declaração de conformidade e desempenho no contexto de outros instrumentos como as Aprovações Técnicas Europeias e outros mecanismos agora previstos.

- **O Passaporte Digital vai ser vertical a todos os produtos de construção, nomeadamente aos ligados à água, como as torneiras e válvulas.**

Do que se sabe, o PDP será aplicável aos produtos previstos no âmbito dos Regulamentos de Ecodesign e Produtos de Construção, sendo que existem vários atos delegados para produtos de setores específicos ou com características específicas. Produtos ligados à água para consumo humano estão fora do âmbito do RPC conforme referido no artigo 2º “Âmbito de Aplicação”.

- **Como controlar se o produto comercializado está em conformidade com a amostra que deu origem à ficha técnica e certificação do produto e a informação constante no PDP.**

Em função dos sistemas e complementarmente às disposições relativas à fiscalização, os dados a constar no PDP terão de ser validados. Contudo, o modelo de operacionalização deverá estar associado ao ato delegado do sistema do Passaporte.

- **Podemos agrupar por famílias de produtos no certificado digital de produto?**

O Passaporte digital do produto poderá aplicar-se a diferentes níveis, desde o produto concreto à série de produtos ou modelo/lote. Sem prejuízo de discussões em curso essa definição fará parte de um ato delegado que será publicado durante o período de transição para o novo RPC.

- **O PDP vai contemplar a parte de segurança dos produtos?**

Sim. Os requisitos de informação a este nível fazem parte do Anexo IV - Informações gerais sobre os produtos, instruções de utilização e informações sobre segurança.